

OS DESAFIOS DO SETOR PESQUEIRO ARTESANAL NA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ, PARÁ

Susane Cristini Gomes Ferreira¹

Iranilda Silva Moraes²

Ligia T. Lopes Simonian³

Eixo Temático 3: Relações Sociedade, Estado e Mercado para o Desenvolvimento.

RESUMO

A pesca artesanal na Amazônia é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes, garantindo por gerações a manutenção das comunidades ribeirinhas a partir da satisfação das necessidades da família enquanto uma unidade, ao mesmo tempo, de produção e consumo. A RESEX Mãe Grande de Curuçá (Pará) possui a pesca artesanal como elemento fundamental de produção e reprodução social, econômica e cultural das comunidades extrativistas que ali habitam, porém ainda não possui seu Plano de Manejo elaborado. Com este estudo busca-se discutir os entraves principais da pesca artesanal da RESEX Mãe Grande e suas implicações socioeconômicas e ambientais. Para tanto foram utilizados dados coletados no campo, relatos orais, observações diretas e pesquisa de bibliografia que envolvesse questões sobre a pesca artesanal em Curuçá. Práticas predatórias de pesca, ausência de atividades de educação ambiental, baixa arrecadação da atividade, ocupação das áreas de mangue, aumento do consumo de álcool, drogas e prostituição pela população local, fragilidade sindical, são questões que revelam principalmente a ausência de sinergia entre o órgão gestor da RESEX, o governo municipal e as populações extrativistas locais. Num cenário onde a pesca é tida como uma das atividades econômicas mais relevantes do município, pensar a inclusão produtiva da pesca artesanal como condição para o desenvolvimento da RESEX Mãe Grande inclui o reconhecimento das práticas locais de gestão dos recursos naturais. A elaboração do Plano de Manejo da RESEX e a reformulação do Plano Diretor de Curuçá podem representar oportunidades de esforço sinérgico a fim de fortalecer a atividade.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Gestão; Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal contribui significativamente com a produção nacional de pescado e apresenta grande importância social e econômica dentro do setor pesqueiro, sendo responsável por um elevado número de empregos nas comunidades costeiras (MENDONÇA, 2015). Embora seja uma atividade secular, tem se tornado menos atrativa nos últimos anos em virtude das dificuldades encontradas, como a diminuição dos estoques pesqueiros e a falta de investimento racional nesta atividade (MENDONÇA, LUCENA, 2013). E como se depreende

¹Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. E-mail de contato: susane_cristini@hotmail.com

²Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.

³Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU), Programa de Pós-Graduação de Gestão Pública (PPGPG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

de Isaac e Barthem (1995), na região amazônica, a pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes. O peixe representa a principal fonte de proteína na alimentação das populações ribeirinhas locais.

Curuçá, por sua vez, é um município que se notabiliza por sua biodiversidade e a captura de peixes e mariscos como camarão e caranguejo, tornando-se uma tradicional e importante localidade pesqueira da Amazônia (SOUZA, 2010). Pertence à Mesorregião do Nordeste paraense e a Microrregião do Salgado, distante a 127 km de Belém do Pará (BARTOLOMEU; PAIXÃO e BOTELHO, 2011). Em seus domínios está inserida a Reserva Extrativista (RESEX) Mãe Grande, criada em 2002 através de mobilização comunitária. Como posto por Batista e Simonian (2013), a RESEX abrange uma área de 36.678, 24 hectares de estuário, zona de transição entre as águas dos rios e o oceano, que forma o ecossistema manguezal.

Neste artigo, identificam-se e discutem-se os entraves principais da pesca artesanal da RESEX Mãe Grande, Curuçá (PA) e suas implicações sociais, econômicas e ambientais. Enquanto contexto mais amplo, tais entraves serão analisados a partir das relações entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A metodologia envolveu uma perspectiva qualitativa. A mesma consistiu de dados coletados no campo, relatos orais, observações diretas e em pesquisa de bibliografia que envolvesse questões sobre a pesca em Curuçá, RESEX Mãe Grande e na Amazônia brasileira (YIN, 2001). Nesta perspectiva, utilizaram-se a rede mundial de computadores, em especial, os sites de busca de periódicos científicos, como o Google Acadêmico e a CAPES Periódicos.

2 RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

As Áreas Protegidas (AP) em todo o mundo, sem dúvida, representam a pedra angular fundamental para prevenir ou mitigar a degradação do habitat e a perda de biodiversidade (COETZEE *et al.*, 2014). Neste contexto, as Unidades de Conservação (UC) caracterizam uma estratégia de conservação ambiental face ao aceleração dos impactos negativos sobre a sociedade e o ambiente (FURTADO, SILVEIRA e SANTANA, 2012). Elas serão tanto mais eficiente quanto maior for o conhecimento sobre as realidades socioambientais, e quanto maior for a inclusão de ideias e propostas nativas.

No Brasil, as unidades de conservação são divididas de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em dois grupos principais: proteção total (UCPI), áreas protegidas que não permitem a presença de populações tradicionais; e as de uso sustentável (UCUS), permitindo que as pessoas internamente, mas com restrições significativas sobre o uso dos recursos naturais nesses territórios protegidos. Segundo Albernaz (2014), Rezende, Canalez e Fraxe (2017) as RESEX estão dentro da segunda categoria, e, portanto, permite à existência de moradores e à exploração de seus recursos pela população local.

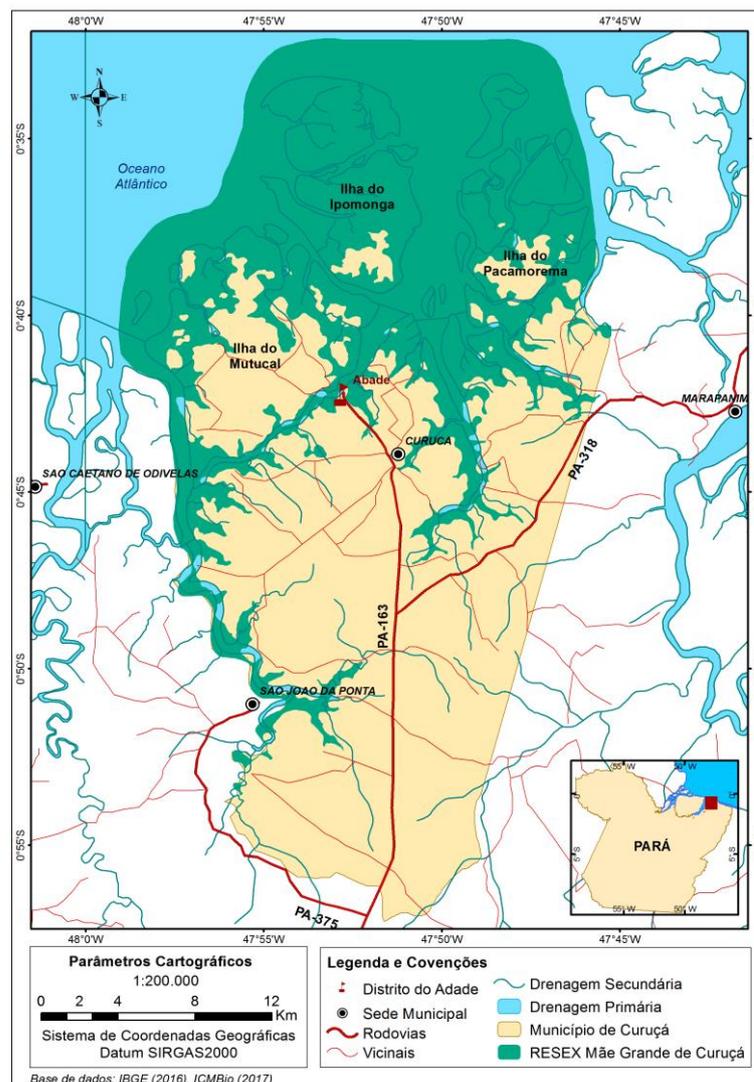
O SNUC através da Lei nº 9.985/2000 define Reserva Extrativista como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de porte pequeno. Objetiva-se, com isso e a partir de Brasil (2000), proteger os meios de vida e a cultura dessas populações extrativistas tradicionais. Silva e Simonian (2015) chamam a atenção para o conceito de população tradicional no contexto amazônico que está ligado, intrinsecamente, ao modo de vida de certos grupos humanos (indígenas, extrativistas, ribeirinhos, caboclos e outros) e à sustentabilidade ambiental de suas práticas socioeconômicas.

Criada por meio do Decreto-Lei nº 4.340, assinado pelo então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso em 13 de dezembro de 2002, a RESEX Mãe Grande é uma UC federal que se enquadra na categoria de uso sustentável. Nos termos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) (2017), esta RESEX objetiva conciliar a manutenção dos meios de vida da população tradicional que vive em sua área à conservação dos recursos renováveis locais.

Com aproximadamente 37 mil hectares de estuário, englobando praticamente toda a área costeira preamar do município de Curuçá, no estado do Pará, Mãe Grande é povoada por 52 comunidades tradicionais e por agricultores. Como posto por Figueiredo, Furtado e Castro (2009) e Souza (2010) (Figura 1), a mesma conta com aproximadamente 3000 famílias, calculando-se um número de extrativistas e pescadores próximo de 6000 instalados nas ilhas, próximos a furos, rios, praias e manguezais da região.

A RESEX Mãe Grande é uma das mais importantes UC localizadas na costa amazônica, especificamente no estuário amazônico (SOUSA, 2008). A mesma abriga inúmeras espécies ictiológicas em condições de reprodução, além de vegetais e animais que são utilizados como produtos alimentícios e medicinais pelos pescadores e agricultores que ali habitam.

Figura 1: Delimitação da área da RESEX Mãe Grande, Curuçá-PA.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A criação de “Mãe Grande” ocorreu em 2002, porém desde 1997 as mobilizações comunitárias iniciaram suas atividades no intuito de resguardar o território das comunidades tradicionais, bem como seus modos extrativistas de sobrevivência e reprodução social e cultural. Institucionalmente, a RESEX tem como órgão gestor o ICMBIO e encontra-se ainda sem seu plano de manejo. Como se depreende de Batista e Simonian (2013), de Figueiredo, Furtado e Castro (2009), de Souza (2010) e de Sousa (2008), essa reserva possui, como ferramentas de gestão estabelecidas, o Plano de Utilização e o Conselho Deliberativo⁴.

Sua configuração espacial é marcada por um centro urbano em crescimento visível, composto pela junção da sede do município de Curuçá com o Distrito de São João do Abade (FIGUEIREDO, FURTADO e CASTRO, 2009). O distrito de São João do Abade está localizado na foz do rio Muriá. Trata-se de uma posição geográfica estratégica no estuário amazônico, propícia à atividade pesqueira.

Originado de uma fazenda instaurada pelos Jesuítas Regulares de Jesus, o Abade hoje é tido como uma típica vila amazônica, marcada espacialmente por um centro comercial com base principalmente no pescado (SOUZA, 2010). Também, têm a Igreja Católica e os mercados municipais (o novo e o velho). Próximo a essa instituição e empreendimentos existe a praça considerada marco inicial do município, com um monumento à sua criação. Existe ainda o Porto do Mercado com muitos barcos ancorados, onde, todos os dias, é desembarcada parte do pescado vendido para caminhões frigoríficos.

O Abade é considerado um dos entrepostos de pesca mais importantes do nordeste paraense. A presença constante de barcos que chegam e saem, bem como a quantidade existente de currais, redes, canoas e embarcações pequenas à vela reforçam essa circunstância. De acordo com Sousa (2008), cerca de 1.800 pescadores desenvolvem a atividades de pesca e coleta e em média descarregam em seus principais portos 700 toneladas de pescado que abastece centros comerciais do estado e do Brasil.

3 A PESCA AMAZÔNICA COMO FRUTO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

Segundo Almeida (2013), a pesca na Amazônia constitui-se como uma atividade de relevância extrema, garantindo por gerações a manutenção das comunidades que tradicionalmente habitam a região. Para a mesma Almeida (2013), o saber local, permite que o trabalho se realize continuamente no contexto de uma variabilidade espacial, expressão das faces múltiplas da paisagem amazônica.

É uma atividade essencialmente artesanal que conta, sempre que possível, com mão de obra familiar, que se caracteriza como ações coletivas e baseia-se em uma diversidade de métodos de pesca, com diferentes graus de desenvolvimento tecnológico, dentre os quais citam-se: pesca de curral, pesca de tarrafa, pesca de estancada, pesca de munzuá (FURTADO, SILVEIRA e SANTANA, 2012; PINAYA *et al.*, 2016). No entender de Costa (1996), o padrão produtivo do ribeirinho concretiza uma racionalidade de gestão de trabalho alicerçada predominantemente na satisfação das necessidades da família, em que o grupo familiar representa, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e consumo, possibilitando a produção e a reprodução social orientada por lógica de eficiência reprodutiva.

Por sua vez e de acordo com Carvalho (2010), reconhece-se nesse tipo de pesca, a influência forte dos acontecimentos históricos, um sinal de que a pesca artesanal não constitui propriamente uma atividade comercial simples, com importância que reside muito além do

⁴ Este Conselho abrange 27 membros entre representantes do poder público, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e das populações tradicionais envolvidas por essa UC.

aspecto econômico. A seguir Torres (2004), a identidade de uma sociedade pesqueira advém das representações, interpretações e significados que estabelece para com as relações sociais, econômicas, culturais que, por sua vez, são o suporte para sua ação sobre a natureza.

Nessa lógica, os ribeirinhos amazônicos contribuem para imprimir marcas culturais diferenciadas na região abrangente e na manutenção do potencial biodiverso, face à tecnologia e a frota que utilizam, posto que o nível de predação é inegavelmente menor que o da frota industrial (FURTADO, SILVEIRA e SANTANA, 2012). Ao contribuírem nesta perspectiva, Furtado (2004, p. 58) considera que:

A territorialidade torna-se, então, um espaço de trabalho, um patrimônio capitalizado pelo pescador em sua faina cotidiana e com a tecnologia simples que dispõe, levando-o a crer numa posse por direito costumeiro de uso; a pleitear reconhecimento por parte de outros segmentos econômicos que buscam os ditos recursos comuns, móveis - pescadores das indústrias de pesca sediadas nas capitais dos Estados e nos centros urbanos do interior; a denunciar situações que venham infringir seus códigos (invasão de barcos da frota industrial e da frota comercial externa em lagos, estuários protegidos por lei); e a reivindicar participação efetiva no processo de gerenciamento dos recursos ambientais, de ordenamento de bacias e versão de políticas públicas para o setor pesqueiro nacional e regional.

Como se observa acima, a pesca artesanal na Amazônia existe para além de uma atividade econômica.

Também, essa modalidade de pesca representa a identidade de um povo que tem um conhecimento empírico vasto. O mesmo é repassado de geração à geração. E é pautado em um modelo de produção, sobretudo, familiar, seu próprio meio de se relacionar em sociedade e com meio ambiente.

4 PESCA ARTESANAL E RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE

Na Amazônia, nos últimos 30 anos, os órgãos de planejamento do Estado vêm incorporando estratégias para conter a depleção dos produtos e serviços naturais, seguindo uma tentativa de ordenamento territorial em que está presente uma gama de UC que integram desde as de proteção integral até as de uso sustentável (BARTOLOMEU, PAIXÃO e BOTELHO, 2011). A RESEX é considerada como um instrumento de política pública, cuja eficácia está relacionada à capacidade de promover um desenvolvimento territorial orientado pelas exigências ambientais (TEISSERENC, 2016). E isso a partir do reconhecimento das populações tradicionais como atores integrantes do território e implicados em sua gestão participativa.

De acordo com Batista e Simonian (2013), a criação da RESEX Mãe Grande pleiteada a partir da mobilização de sujeitos diversos, representou uma possibilidade de implementação de um modelo novo de desenvolvimento no município de Curuçá, condizente com os princípios da sustentabilidade. Todavia, no setor pesqueiro, uma das vocações econômicas locais principais, segundo Maria do Rosário Saraiva Chagas – Secretária de Pesca e Aquicultura de Curuçá – afirma⁵ que a instituição da RESEX Mãe Grande limitou de modo ínfimo as práticas predatórias de pesca. Neste caso, foram consideradas as menos seletivas e prejudiciais ao ambiente, principalmente as praticadas em furos de rios e igarapés⁶.

⁵Entrevista concedida às autoras em 16 de junho de 2017.

⁶Nesta direção, têm-se a fuzarca (rede de pesca de espera em formato cônico que possui três puçás em sua extremidade), a zangaria (rede de espera, fixada por hastes de madeira na forma de meia-lua posicionadas nas

Furtado, Silveira e Santana (2012) corroboram com tal realidade em seu trabalho de campo na praia da Romana, Curuçá, pois sobre essa área revelaram as queixas dos pescadores tradicionais sobre a diminuição de estoques em consequência da utilização de tais práticas de ação altamente predadora. Nos termos da Secretária, não houve um trabalho de educação ambiental que orientasse aos pescadores sobre práticas adequadas de pesca. Maria do Rosário afirmou que muitos pescadores sequer sabem o que significa "RESEX" e que a mobilização da comunidade foi feita em "polos", contado com uma participação pequena destes atores.

Por ocasião visita de campo, percebeu-se, que em no âmbito de uma reunião⁷ marcada pela Secretaria de Pesca com a finalidade de discutir sobre as embarcações que ficam estacionadas na orla de São João do Abade e, com isso, geram problemas sociais vinculados à venda de drogas e à prostituição, que os pescadores não são mobilizados, organizados e participativos. Observação esta confirmada pela Secretária como característica comum desta classe de usuários e trabalhadores da RESEX.

Outro aspecto importante constatado nesta reunião diz respeito ao número pequeno de pescadores adimplentes junto à Colônia de Pescadores (Z-05). De acordo Aguiar e Santos (2012), a falta de proatividade e interesse individuais tem sua origem na espera de amparo governamental, acentuando o afrouxamento dos laços de coletivismo e união, contribuindo de modo negativo para a representatividade efetiva da Colônia de Pescadores de Curuçá, que possui mais de 100 anos de existência. Ainda, para Furtado, Silveira e Santana (2012), Curuçá faz parte de um grupo grande de municípios da região amazônica que convive com o estigma da economia depauperada e estagnada, onde o Estado é o principal empregador.

A falta de colaboração entre a Secretaria de Pesca e o ICMBIO foi percebida por meio da ausência deste último após ter confirmado presença na reunião supracitada. Segundo Maria do Rosário, o ICMBIO conta apenas com um representante na UC. Todavia, esta instituição encontra-se sem infraestrutura para suas ações, não raras vezes evita reuniões com os pescadores em virtude dos temas que são, em geral, sobre algum tipo de conflito existente na UC. A ausência de sinergia entre estes órgãos dificulta uma gestão sustentável e articulada da RESEX e fragiliza ainda mais a credibilidade dessas instituições perante aos pescadores.

O Plano de Manejo que poderia disciplinar práticas nocivas à sustentabilidade da área (BATISTA e SIMONIAN, 2013) e ser norteador na resolução dos conflitos, ainda se encontra em processo de elaboração, contrariando o que está definido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) quanto ao prazo máximo de cinco anos após a criação da UC para a sua finalização e implantação. Na tentativa de atenuar essa falha, desde 2005 existe um mecanismo de ordenamento que rege a exploração dos recursos naturais da RESEX denominado de Plano de Utilização.

Ainda no campo de instrumentos que podem ser utilizados (mesmo que de modo indireto) para uma gestão eficaz da RESEX e, deste modo refletir sobre a atividade pesqueira em questão, se tem o Plano Diretor do Município que está em processo de formulação e terá validade de 10 anos. A Secretária de Pesca afirma que a construção está sendo de modo participativo e com ações integradas entre as secretarias e as comunidades, onde estão ocorrendo reuniões diversas com o objetivo de ouvir ao máximo as reivindicações dos pescadores. Dessa maneira, Maria do Rosário acredita que pelos menos 80% das demandas desses atores serão atendidas e que esse instrumento vai ser fundamental para o setor.

áreas de enseadas) e a pesca com timbó - substância tóxica extraída de planta venenosa (*Paullinia pinnata*, L. Sapindaceae), sendo esta capaz de asfixiar e matar peixes rapidamente.

⁷A reunião ocorreu no dia 16 de junho de 2017 no Distrito de São João do Abade.

Todavia, Jeferson Ferreira de Miranda, atual prefeito de Curuçá, ao falar⁸ de atividades econômicas que terão investimentos prioritários orientados pelo Plano Diretor em formulação, cita apenas o turismo e a agricultura. Infere-se, assim, que a pesca artesanal apesar de ser uma das atividades econômicas principais que garante além de renda, os modos de sobrevivência e reprodução social de 52 comunidades de pescadores artesanais inseridos na RESEX Mãe Grande, não tem recebido fomento e incentivos governamentais necessários ao seu fortalecimento e estruturação.

Essa visão precária da pesca artesanal por parte da gestão municipal pode estar atrelada aos impostos baixos gerados, aproximadamente R\$ 2000/mês⁹ advindos do Distrito do Abade – principal polo comercial de pescado de Curuçá. Um fator que pode estar influenciando a baixa arrecadação de impostos nesse distrito tem a ver com a clandestinidade⁷ de muitos embarques e desembarques de pescado. Neste contexto, fica clara a ineficiência do monitoramento e fiscalização por parte do órgão competente que também não exerce acompanhamento no porto de Caratateua, uma vila e sede distrital de Curuçá, distante 32 Km da sede municipal.

Por outro lado, a criação da RESEX Mãe Grande propiciou repasses financeiros federais à Curuçá (BATISTA e SIMONIAN, 2013). Além disso, políticas públicas diversas foram executadas no município, como destaca Batista (2010, p. 119):

Construção da Casa do Pescador, reconhecimento institucional da população extrativista da RESEX como beneficiária do Programa Nacional da Reforma Agrária, viabilizando o acesso a créditos de instalação, construção de moradias e fomento à agricultura familiar via PRONAF; e, ainda, ações no campo da prevenção de doenças, oficinas de artesanato e cursos de capacitação relacionados às atividades produtivas, como criação de mariscos, passaram a ser desenvolvidas .

Contudo, passado o período do olhar mais pontual do Governo Federal para a RESEX, ainda persistem entre os entraves principais de produção dos pescadores artesanais, problemas de infraestrutura para exercer a atividade em si e para o escoamento de sua produção, o que os tornam dependentes de figuras como o “atravessador” e/ou “patrão de pesca”, levando a minimização de seus lucros ou até mesmo ao seu endividamento junto aos “patrões”⁷.

O atravessador compra o pescado, ainda no desembarque, a preços relativamente mais baixos para revendê-lo. Conforme Alves e Barthem (2008), o patrão oferece algum produto ao pescador (combustível para o barco, gelo, e/ou transporte), e em troca desse apoio, com o dinheiro da venda do peixe, o pescador paga as despesas e divide o seu lucro com o patrão.

Outro aspecto socioeconômico e ambiental negativo consiste no fato de que os pescadores de Curuçá não recebem o Seguro Defeso, assim como todos da Microrregião do Salgado (exceto os de Bragança). De acordo com a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, este benefício contempla os pescadores artesanais com um salário mínimo mensal, durante o período de defeso, com o que se procura suprir suas necessidades e da família.

O período de defeso consiste na suspensão temporária da pesca de determinadas espécies nos seus períodos de reprodução ou recrutamento, visando à proteção e manutenção dos estoques. A ausência do recebimento de uma renda durante esse período, leva aos pescadores, com a intenção de garantir a sua sobrevivência, a não respeitarem esse momento crítico para a manutenção dos estoques pesqueiros. Desse modo, afetam negativamente as produções pesqueiras futuras e, por conseguinte, toda a cadeia produtiva da pesca que tem como elo final o consumidor.

⁸Entrevista concedida às autoras em 16 de junho de 2017.

⁹Informação oriunda de Maria do Rosário Saraiva Chagas, Secretária de Pesca e Aquicultura de Curuçá, em entrevista concedida às autoras em 16 de junho de 2017.

Dentre os problemas principais encontrados no universo dos pescadores artesanais e mais recorrentes na literatura sobre a RESEX Mãe Grande (FIGUEIREDO, FURTADO e CASTRO, 2009; BARTOLOMEU, PAIXÃO e BOTELHO, 2011; AGUIAR e SANTOS, 2012; BATISTA e SIMONIAN, 2013), destacam-se a exploração intensa e desordenada do pescado por barcos industriais de outras regiões e Estados; o aparecimento de piratas ou ratos d'água que furtam ou roubam e ainda usam de violência física para com os pescadores; a ocupação espontânea de áreas de mangue; as técnicas de pesca predatória; o aumento do consumo de álcool, drogas e prostituição pela população local, a falta de participação da classe dos pescadores sobre os problemas socioambientais desse segmento social e fragilidade sindical.

Nestes termos, a pesca artesanal na RESEX Mãe Grande encontra gargalos das ordens mais diversas que se agravam ainda mais com a falta de engajamento da categoria, a levando para o campo da invisibilidade das políticas públicas. O fortalecimento econômico e sociopolítico dos pescadores tradicionais é crucial para o sucesso da atividade e para a reivindicação de seus direitos como povos tradicionais em uma UC.

5 SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NA PESCA ARTESANAL NA RESEX MÃE GRANDE

A questão da sustentabilidade sob uma perspectiva da evolução da sociedade há de ser compreendida a partir de um processo de mudança estrutural, com a participação imprescindível da população e a consideração dos aspectos distintos e objetivos que orientam os modos de vida da sociedade nos níveis global, nacional, regional e local (MARTINS, 2014). Por sua vez, o uso dos recursos naturais necessita ser pensado, segundo Allegretti (1994), através de uma adequada distribuição das riquezas produzidas, bem como através de políticas de uso restritivo desses recursos, apontando neste cenário a ideia de RESEX como a única que poderia proporcionar uma relação mais harmoniosa entre os interesses de conservação do meio ambiente e o desenvolvimento social.

No entanto, isso pode não ser o suficiente, como afirma Simonian *et al.* (2012), uma vez que é necessário atentar cada vez mais para monitoramento de tal conservação e verificar se o que a lei aponta e requer são garantidos e efetivados. Medina (2012) afirma que a sociedade e a natureza são totalmente interligadas e assim, a sustentabilidade não se volta somente aos recursos e ao meio ambiente, mas inclui as formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente. A discussão inclui, de acordo com esse autor acerca da inclusão produtiva como condição para o desenvolvimento econômico, social e cultural nas UC na Amazônia, o reconhecimento das práticas locais de gestão dos recursos naturais.

Neste sentido, a própria criação da RESEX Mãe Grande traz à tona questionamentos relacionados ao significado concreto das UC no desenvolvimento, mais especificamente na melhoria da qualidade de vida das populações que nelas habitam (SOUSA, 2008). Batista e Simonian (2013) destacam que as transformações preconizadas pela criação da RESEX Mãe Grande quanto à construção da sustentabilidade, estão ocorrendo muito timidamente, com muito a ser feito à superação do cenário atual.

A compatibilização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos das UC nos níveis municipais, estaduais e federais há de ser promovida pelo Estado. Isso para garantir condições dignas de vida às gerações atuais e futuras, o que pode incluir parcerias entre grupos diferentes de atores sociais que passam a ter uma atuação mais forte e um papel ativo nas definições das estratégias de desenvolvimento e na sua negociação. Nesta visão, Sachs (2009) argumenta que o futuro está no desenvolvimento negociado entre os parceiros sociais.

Para Barquero (2001, p. 39), desenvolvimento endógeno tem o papel de:

Proporcionar o atendimento das necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade.

Na perspectiva de Putnam (2006), o capital social é um aspecto essencial para a apreensão do caráter endógeno do desenvolvimento. Em sua análise, o autor destaca assimetrias de desempenho e se concentra nas condições necessárias ao desenvolvimento de instituições fortes, responsáveis e eficazes, onde todas são representativas de uma economia próspera.

No entanto, Bourdieu (1985) ressalta a necessidade de se introduzirem aspectos simbólicos para a compreensão do desenvolvimento como construção coletiva dos agentes locais. Por sua vez, Ortega e Matos (2013) tecem, ao analisar capital social de acordo com Putnam e Bourdieu, uma análise interessante:

Com relação aos aspectos simbólicos, Bourdieu apresenta interpretações de maior profundidade, dando destaque tanto ao lado da crença como ao do poder que ela permite exercer. A melhor coordenação e a maior cooperação, frutos de redes de relacionamento, de normas e da confiança resultantes das relações desenvolvidas nas organizações sociais, são a grande contribuição de Putnam. No entanto, em Bourdieu a confiança e a reciprocidade também podem emergir do “amalgamento grupal”, que outra coisa não é senão a intensificação do comportamento relacional de um indivíduo ou grupo, resultante do interconhecimento e do inter-reconhecimento das ligações permanentes e úteis (ORTEGA e MATOS, 2013).

Note-se a respeito, que na RESEX Mãe Grande não foi possível verificar nenhum processo que leve ao desenvolvimento endógeno, notadamente os vinculados à atividade da pesca artesanal.

O capital social, seja pela perspectiva de Putnam ou de Bourdieu, tão crucial para este tipo de desenvolvimento, está extremamente baixo entre os pescadores de Curuçá. De fato, eles se encontram desarticulados entre si e sem o apoio governamental necessário para o fortalecimento do setor. Também, percebeu-se entre os pescadores uma acomodação a sua realidade atual e o desinteresse em possibilidades de transformação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se considerar que a pesca artesanal na RESEX Mãe Grande é uma das atividades produtivas mais representativas (do ponto de vista social, cultural e econômico) tanto do município de Curuçá quanto do estado do Pará, nota-se que esta atividade está profundamente desestruturada e enfraquecida, não conseguindo ser um vetor de desenvolvimento endógeno. Isso reflete um capital social baixo, desarticulação da classe de pescadores artesanais, instituições ineficientes quanto ao fomento da atividade, práticas de pesca insustentáveis, inclusive no período de defeso etc. A pensar-se em problemáticas e contextos municipais mais amplos, são mais que críticos os índices educacionais, socioeconômicos e de saúde.

Para caminhar mais próximo de um desenvolvimento endógeno, há de se empoderar os pescadores artesanais, de modo que eles possam se ver como atores fundamentais ao alcance de tal desenvolvimento. Nesse sentido, é imprescindível uma assistência técnica que ensine além de práticas de pesca mais eficientes e menos degradantes ao meio ambiente, noções de cooperativismo e de gestão que possibilitem o aumento do lucro da atividade com a exclusão



de atores como o atravessador e o patrão de pesca, bem como o fortalecimento da classe, aumentando desse modo o capital social. Para tanto, os órgãos governamentais como a Secretaria de Pesca e o ICMBIO têm que estabelecer parcerias a fim de fomentar e incentivar a estruturação do setor e aumentar a sua credibilidade junto aos pescadores.

As atividades de monitoramento e fiscalização do setor pesqueiro são igualmente importantes tanto para o *feedback* das ações de incentivo e fomento, quanto para eliminar os “ralos” (e.g. embarques e desembarques clandestinos) dos impostos que teriam que retroalimentar a atividade; ainda, o monitoramento e a fiscalização têm que intervir no sentido de dirimir os conflitos dos pescadores locais com os pescadores externos. A formação de uma força tarefa envolvendo instituições municipais, estaduais, federais, universidades e institutos de pesquisa e a própria categoria de pescadores artesanais é fundamental para que se busque e concretize o desenvolvimento da pesca na RESEX Mãe Grande, em Curuçá.

No que se refere ao Plano de Manejo da RESEX Mãe Grande – que pode ser um instrumento colaborativo no alcance de sustentabilidade da UC –, torna-se imperativa a sua formulação imediata, didática e participativa, e a apresentação frente a toda a comunidade tradicional da RESEX, onde a explanação dos conceitos e implicações do que vem a ser uma tal UC não de ser muito bem esclarecidas.

Por fim, é de ressaltar-se que a situação difícil vivida pelos pescadores artesanais da RESEX Mãe Grande não é alheia aos entraves que enfrentam os demais pescadores artesanais do estado do Pará. Contudo, o fato de estarem nos limites de uma UC na categoria de RESEX, com um município que está formulando o seu Plano Diretor atualmente e que terá validade por 10 anos, pode representar uma chance melhor de unir forças entre si e entre os órgãos competentes a fim alcançar melhores eficiências produtivas e condições justas de vida que garantam o fortalecimento da atividade em níveis econômicos, sociais, culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, A. L. M. Biodiversidade e unidades de conservação na Amazônia brasileira. In: VIEIRA, I. C. G; TOLEDO, P. M; SANTOS JUNIOR, R. A. O. (Org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2014.

ALLEGRETTI, M. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: A região amazônica e as atividades extrativistas. In: SACHS, I. et al. *Extrativismo na Amazônia Brasileira: perspectiva sobre o desenvolvimento regional*. Compendio MAB 18-UNESCO. Paris, 1994. p. 14-34.

ALMEIDA, I. C. de. **O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do baixo Tocantins**: o caso do município de Mocajuba – PA. Belém, 2013, 118 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2013.

AGUIAR, A. F. N; SANTOS, M. A. S. dos. Percepções socioambientais de pescadores artesanais do Distrito de São João do Abade, município de Curuçá, Estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenv.** Belém, v. 8, n. 15, 2012.

ALVES, M. C. B; BARTHEM, R. B. A pesca comercial dos “tucunarés” *Cichla* spp. (Perciformes, Cichlidae) no Reservatório da UHE-Tucuruí, Rio Tocantins, PA. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 34, n.4, p.553-561, 2008.



BATISTA, I. M. S. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá**. Belém, 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, 2010.

BATISTA, I. M. S.; SIMONIAN, L. T. L. Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense? **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, p. 203-220, 2013.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.

BARTOLOMEU, A. O.; PAIXÃO, E. S. da; BOTELHO, J. B. L. R. Gestão de Reservas Extrativistas Marinhas e a mobilidade da força de trabalho da pesca artesanal na REM Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil. In: VI ENCONTRO NACIONAL E IV ENCONTRO LATINO- AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS. **Anais ...** Vitória – ES. 2011. Disponível em: http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_084.pdf. Acesso em: 21 de ago. 2017.

BOURDIEU, P. The forms of Capital. In: RICHARDSON, J. G. (Org.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1985. p. 241-58.

BRASIL. Lei 10.779/2003, de 25 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm. Acesso em: 21 ago. 2017.

CARVALHO, R. J. S. **Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais: praia do Perequê, Guarujá - SP**. Campo Grande, 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) - Universidade Católica Dom Bosco, 2010.

COETZEE, B. W.; GASTON, K. J.; CHOWN, S. L. Local scale comparisons of biodiversity as a test for global protected area ecological performance: a meta-analysis. **PLOS ONE**, v. 9, n. 8, 2014.

COSTA, F. de A. Reprodução, tensão e mudanças: elementos para uma economia política da agricultura familiar no capitalismo. In: WORKSHOP TEÓRICO DE ECONOMIA POLÍTICA NA AGRICULTURA., 1996, Campinas. **Anais...** Campinas: FEA; USP; UNICAMP, p. 23-43, 1996.

FIGUEIREDO, E. M.; FURTADO, L. G. e CASTRO, E. R. de. Trabalhadores da pesca e a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá-PA. Impactos sócios ambientais da PA136. **Amazônia Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 5, n. 9, p. 231-252, 2009.

FURTADO, L. G. “Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia”. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**. ACSELRAD, H. (Org.), Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004, p. 57-71.

FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B.; MENDES, A.; SANTANA, G.; SILVEIRA, I. M.; NASCIMENTO, I.; BASTOS, N. C. **Diagnóstico etno-ecológico da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, Curuçá, Zona do Salgado-Pará**. Relatório de Viagem. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2003.

FURTADO, L. G.; SILVEIRA, I. M. da; SANTANA, G. (Org.). Reserva Extrativista Mãe Grande- Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnoecológico e sociocultural. 2012. 144 p.



ISAAC, V. I.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi**, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

MARTINS, M. F. Índice de Sustentabilidade para a Amazônia: modelo de monitoramento da sustentabilidade a partir de indicadores e critérios de análise. In: VIEIRA, I. C. G; TOLEDO, P. M; SANTOS JUNIOR, R. A. O. (Org.). **Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2014. 504 p.

MEDINA, G. Governança local para manejo florestal na Amazônia. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 27, n. 78, p. 65-191, 2012

MENDONÇA, J. T. Caracterização da pesca artesanal no litoral sul de São Paulo – Brasil. **Bol. Inst. Pesca**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 479-492, 2015.

MENDONÇA, J. T; LUCENA, A. C. P.. Avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores profissionais no Brasil. São Paulo. **Série Relatórios Técnicos**, n. 50, p. 1-20. 2013.

ORTEGA, A. C; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 35-60, mai./ago. de 2013.

PINAYA, W. H. D.; LOBON-CERVIA, F. J.; PABLO PITA, P; SOUZA, R.B. de; FREIRE, J; ISAAC, V. J. Multispecies fisheries in the lower Amazon River and its relationship with the regional and global climate variability. **PLOS ONE**, v. 11, n.6, 2016.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 260 p.

REZENDE, M. G. G.; CANALEZ, G. G.; FRAXE, T. J. F. Acta Scientiarum. **Humam and Social Sciences**. Maringá, v. 39, n. 1, 2017, p. 63-70.

SACHS, I. Primeira parte: outras intervenções. In: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. (Org.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 79-85. 2009.

SILVA, J. B. da; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 33, p. 163-175, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. et al. **Pacamorema/RESEX Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento?** 1. ed. Belém: Editora do NAEA, 2012. 176 p. [Fotografias, figuras].

SOUZA, M. A. M. **Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande: permanência e mudança no trabalho do pescador artesanal em Curuçá-PA**. Belém. 2008. 60 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, 2008.

SOUZA, C. B. G. A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. **Revista Geografar Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 83-104, 2010.

TEISSERENC, M. J. S. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 229-242, 2016.



TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico**. Belém: CEJUP, 2004. 238 p.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.